

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.727 - PR (2019/0279856-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL**  
**AGRAVANTE : FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL -**  
**SUCESSOR**  
**ADVOGADO : GIOVANA MICHELIN LETTI - PR050113**  
**AGRAVADO : ADRIANE GENI FRANCEIS**  
**AGRAVADO : ALMIR JOSE RIGO**  
**AGRAVADO : ANA GESSY CARDOZO**  
**AGRAVADO : WILSON GROTT ARRUDA**  
**AGRAVADO : APARECIDO JOSE DIAS**  
**AGRAVADO : PEDRO GONCALVES LOPES**  
**AGRAVADO : MARISA NICE CLEIA PERES DE LIMA RODRIGUES**  
**AGRAVADO : LUCELIA CHERVINSKI DRESCH**  
**AGRAVADO : ELISAMIR SPROTTE MARCON**  
**AGRAVADO : ISAURI APARECIDO AMORIM**  
**ADVOGADO : THIAGO SALVATTI - PR053867**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do NCPC), interposto por FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL E OUTRA, em face de decisão acostada às fls. 405/406, e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelas ora agravantes.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 213/217, e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 213, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA -  
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PREVIDÊNCIA  
PRIVADA - FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PLEITO DE  
ALEGAÇÃO DE DESCONTOS REFERENTES A INCENTIVOS  
MIGRATÓRIOS - PRECLUSÃO - NÃO CONHECIMENTO DESTE  
PONTO DO RECURSO - LAUDO PERICIAL - INSURGÊNCIA DA  
DEVEDORA - QUESTÃO RELATIVA À CONVERSÃO EM JUNHO  
DE 1994 - LAUDO PERICIAL COMPLEMENTAR CONCLUSIVO -  
CONVERSÃO CORRETA E COM APLICAÇÃO DOS ÍNDICES NOS  
MESMOS MOLDES DOS CÁLCULOS APRESENTADOS PELA  
DEVEDORA - ERRO NOS CÁLCULOS QUANTO AOS JUROS -  
IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA SOBRE O VALOR  
PENHORADO APÓS A PENHORA - RECURSO CONHECIDO EM  
PARTE E PARCIALMENTE PROVIDO.

Opostos embargos de declaração (fls. 255/256, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 313/315, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 354/364, e-STJ), as insurgentes apontam

violação aos artigos 489, § 1º, IV e 1.022, II, ambos de CPC/15. Sustentam, em suma, negativa de prestação jurisdicional, na medida em que o acórdão recorrido manteve-se omissivo ao não se manifestar acerca de ponto relevante consistente no fato de que a decisão agravada de instrumento, que homologou os cálculos do perito judicial, deve, necessariamente, ser cassada, porquanto o provimento parcial do agravo para readequação dos cálculos do *expert*, conduz, necessariamente, à prolação de uma nova decisão.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 402, e-STJ).

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 405/406, e-STJ), a Corte de origem negou seguimento ao apelo nobre, ante a inexistência de omissão, bem como pela adequada fundamentação da decisão recorrida.

Inconformadas, interpuseram o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 435/446, e-STJ, por meio do qual pretendem ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 476/479, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O recurso **não** merece prosperar.

1. Não restou configurada a negativa de prestação jurisdicional. Conforme a iterativa jurisprudência deste Tribunal superior, não ocorre violação ao artigo 1.022 do CPC/15, quando *"o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional"* (AgInt no AREsp 794.406/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 28/08/2017).

No mesmo sentido, vejam-se, a título de exemplo: AgInt no RE nos EDcl nos EDcl nos EAR 513/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 29/03/2017, DJe 25/04/2017; AgInt no AREsp 1053808/PE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 25/08/2017; AgInt no REsp 1550044/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 31/08/2017; AgRg no Resp 1249360/AM, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 01/09/2017.

Alegam as insurgentes que o acórdão impugnado restou omissivo acerca de ponto relevante consistente no fato de que a decisão agravada de instrumento, que homologou os cálculos do perito judicial, deve, necessariamente, ser cassada, porquanto o provimento parcial do agravo para readequação dos cálculos do *expert*, conduz, necessariamente, à prolação de uma nova decisão. Verifica-se, conforme os trechos a seguir citados, que a Corte local decidiu de modo fundamentado as questões essenciais ao deslinde da controvérsia.

A propósito, cita-se os seguintes excertos de fls. 216/217, e-STJ:

Ao que se vê dos cálculos apresentados, mesmo após a impugnação apresentada, o Perito manteve o cálculo de juros até o ano de 2015, conforme se extrai dos cálculos de mov. 1.85 e 1.93 do processo judicial.

Necessária, pois, a readequação dos cálculos, a fim de verificar se a penhora realizada em 2011 perfazia a integralidade do valor exequendo. Em havendo

saldo devedor remanescente, apenas sobre este saldo caberia incidência de juros e correção monetária, diversamente do que constou no laudo pericial complementar, que computou os juros demora sobre o valor total devido até 2015.

Comporta provimento, pois, este ponto do recurso.

Portanto, voto por conhecer em parte e, nesta, dar provimento parcial ao recurso, para que sejam readequados os cálculos, no sentido de verificar eventual suficiência dos valores penhorados à época e, em havendo saldo remanescente, o afastamento dos juros de mora e correção em relação ao valor penhorado, a partir do depósito judicial.

Quando do julgamento dos embargos de declaração, assim se pronunciou a Corte estadual (fl. 314, e-STJ):

As razões de decidir desta Câmara restaram bem explícitas, claras e objetivas, não padecendo, pois, o acórdão de qualquer omissão, contradição ou obscuridade, passível de ser sanada por esta via declaratória.

Diz a decisão embargada:

[...]

Muito Claro o entendimento. O provimento foi parcial, no sentido de que o cálculo seja readequado especificamente neste ponto. **As demais questões tratadas no decisum permanecem híidas.**

Ademais, consoante entendimento desta Corte, não configura ofensa ao art. 489 do Novo Código de Processo Civil, o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte recorrente, quando encontrou razões suficientes para a decisão, como ocorre na hipótese. Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. VIOLAÇÃO AO ART. 489 DO NCPC. NÃO OCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE VERBA NÃO PREVISTA NO REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS AO QUAL O ASSISTIDO ESTÁ VINCULADO. AUSÊNCIA DE PRÉVIA FORMAÇÃO DA RESERVA MATEMÁTICA. INVIABILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO. **1. Não configura ofensa ao art. 498, II, § 1º, e IV, do Novo Código de Processo Civil o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte recorrente, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.** [...] 3. Agravo interno ao qual se nega provimento. (AgInt no REsp 1693508/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, Dje 09/02/2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ANULATÓRIA. ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA. EXCEÇÃO DE USUCAPIÃO.

# *Superior Tribunal de Justiça*

REQUISITOS. AUSÊNCIA. MÁ-FÉ COMPROVADA. MATÉRIA PROVA. SÚMULA Nº 7/STJ. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. CERCEAMENTO DE DEFESA. RECURSO. FUNDAMENTAÇÃO. DEFICIÊNCIA. SÚMULA Nº 284/STF. **1. Não há ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 se o tribunal de origem se pronuncia fundamentadamente a respeito das questões postas a exame, dando suficiente solução à lide, sem incorrer em nenhum vício capaz de maculá-lo. [...]** 5. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl no AREsp 1094857/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 02/02/2018) [grifou-se]

Afastada, portanto, a alegada violação aos artigos 489 e 1022 do CPC/15, na hipótese.

**2.** Do exposto, **nego** provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator